

Memórias da Abolição: festas, comemorações das associações de afrodescendentes paulistas e a campanha Dia da Mãe Preta (1900 -1928)

Apresentação

As sociedades beneficentes e/ou recreativas afrodescendentes que atuaram no início do século XX já foram estudadas de diversas perspectivas: como espaço de lazer, de redes de solidariedade, de combate à discriminação, educativo, entre outros. Em minha dissertação analisei suas ações educativas, através de suas atas e notícias jornalísticas nas primeiras três décadas do século passado. Nas leituras dos jornais pude notar que as comemorações faziam referências a ilustres abolicionistas de origem africana, nas datas de aniversário de nascimento ou morte dessas pessoas, também se festejavam as datas de criação de alguma lei que fez parte do processo de Abolição.

A quantidade de romaria cívica, missas a “patronos da liberdade”, piqueniques e bailes divulgados nos jornais chamou a minha atenção. Ainda, em 1928 o jornal *O Clarim d’Alvorada* trazia notas sobre a construção do monumento a Mãe Preta e participou da campanha em homenagem ao dia 28 de setembro, que em 1871 foi marcado pela promulgação da Lei do Ventre Livre. Desta forma, o sentido dessa lei extrapolava as abordagens mais tradicionais da história, em que ela seria só uma estratégia para conter os avanços das campanhas abolicionistas, que não garantiu mudança alguma nas relações sociais do período escravista. Para as populações afrodescendentes essa lei reconheceu o direito de mulheres escravizadas a ser mãe, que a partir daquele momento existia a “mãe preta”. Essa lei gozava de grande prestígio entre as populações de origem africana que viveram nas primeiras décadas pós-Abolição, como é possível notar pela quantidade de sociedades que fez referência a ela em seus nomes, além das diversas comemorações.

Diante da campanha pelo dia da Mãe Preta, passei a observar com mais atenção as comemorações das “associações dos homens de cor”. Em Campinas, a Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas organizou as festas de 13 de maio desde 1907, nessa época estudantes do Colégio São Benedito – controlado pela Federação – saíam a rua em busca de arrecadação, no dia desfilavam com banda pelas principais ruas da cidade, a

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Federação cuidava dos discursos, palestras e convidava políticos de destaque do país para participar. Os jornais destacavam a intervenção e importância dessa festa, membros do partido republicano local também fizeram questão de prestigiar e patrocinar as primeiras festas.

A comemoração muda drasticamente em 1916. Além da Emancipação, também passou a ser comemorado o aniversário de morte de Francisco Glicério, um ano antes não teve marcha por causa da falta de auxílio da prefeitura. Em 1917, a festa fica restrita a sede da Federação, contando com representantes de entidades negras e “em 1921, pela primeira vez, o *Diário de Campinas* relaciona o 1º de Maio com o 13 de Maio e coloca o ex-escravo como um trabalhador” (GALDINO, 1999:307). Assim, a memória do cativo é colocada ao lado de outras memórias e vai perdendo seu espaço nas comemorações cívicas da República.

Frente a campanha pelo dia da Mãe Preta e o enfraquecimento da festa do 13 de Maio em Campinas, passei a questionar quais abolicionistas que foram lembrados publicamente pelas lideranças afrodescendentes, as datas que escolheram celebrar e com qual sentido as comemoraram, quais as disputas que travaram nesse processo de reconhecimento. Considerando que após a abolição da escravatura, entra-se em debate a concessão da cidadania às populações oriundas do cativo, a política de embranquecimento da nação, como saída do “atraso”, as comemorações das figuras de origem africana e do fim do sistema escravista são parte da luta pelos direitos civis das populações afrodescendentes, uma vez que tentavam dar o reconhecimento público ao protagonismo delas na história do Brasil, através de seu protagonismo na luta pela liberdade.

Definindo o pós-Abolição

Antes de tratar dos espaços criados para as lembranças do cativo, é preciso situar o campo de histórico que permite tal estudo: pós-Abolição. A preocupação com o período escravista brasileiro muitas vezes esteve vinculada com a compreensão das relações raciais, o debate girava em torno, então, de saber qual o porquê da dificuldade das

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

populações afrodescendentes em se integrarem à sociedade brasileira pautada no trabalho livre. Nos principais estudos da primeira metade do século XX, a escravidão foi vislumbrada como um mundo governado pela vontade dos senhores e toda a ação de escravizados era uma espécie de reflexo disso. A consequência historiográfica dessa interpretação é uma análise da Abolição como um não-fenômeno ou de menor importância, que não pôde trazer mudanças concretas para a sociedade brasileira (RIOS, MATTOS, 2005:21), e, por consequência, no pós-Abolição as populações de origem africana sofreram com suas anomalias e foram colocadas de lado (quando não substituídas por trabalhadores imigrantes). Ainda, em algumas pesquisas é possível encontrar a ideia de que a escravidão causou deformações morais, sociais e culturais nos escravizados, que foram transmitidas aos seus descendentes que, por isso, foram incapazes de criarem qualquer tipo de organização nos primeiros anos da sociedade livre.

Nessa interpretação histórica a desigualdade entre negros e brancos não é fruto única e exclusivamente de caráter socioeconômico, a ele se vincula o aspecto racial. Florestan Fernandes levou em conta o preconceito racial, que seria um dos antigos hábitos da sociedade escravista que foi perdurado ao seu fim, que ajudava no favorecimento dos imigrantes na busca pelos postos de trabalho.

E, nesta disputa por trabalho, outros elementos faltavam aos afrodescendentes, como a ausência de “coragem para ocupar posições degradantes” e capacidade “para fomentar poupança”, qualidades que não faltavam às populações imigrantes, que, por isso, conseguiram a “eliminação dos negros” dos postos de trabalho. Na sua visão, também era um problema a falta de políticas em favor de ex-cativos e seus descendentes, que os deixavam à “sua própria sorte”, responsáveis por si mesmos “embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar tal proeza” (FERNANDES, 1965:1-5). A mudança de postura acontece nos finais dos anos 1930, para o autor, que seria um momento em que as populações afrodescendentes conseguiram uma ocupação estável.

A construção histórica de disputa entre imigrantes europeus e afrodescendentes por postos de trabalho nas primeiras décadas após a Abolição foi explorada por outros pesquisadores. José de Souza Martins teorizou esses anos como um momento de transição e

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

substituição de mão-de-obra, de origem africana para a de origem europeia. Ele também diferencia a história da escravidão da história do trabalho, uma vez que em seu entendimento o primeiro sistema funcionava através de um trabalho irracional, sem que fosse possível construir entre a mão-de-obra uma subjetividade (MARTINS, 1979). Silvia Hunold Lara, ao problematizar a relação da história do trabalho e a escravidão, aponta que na mesma medida em que as populações escravizadas foram excluídas dessa historiografia foi também os cativos beneficiados pela Abolição e seus descendentes,¹ porque após o 13 de maio de 1888 o que importa para essa historiografia é a ocupação dos imigrantes.

Com a revisão dos estudos do período escravista, que colocaram a perspectiva escrava no foco de pesquisa, foi possível pensar novos problemas e abordagens para o pós-Abolição. Atualmente as pesquisas desse campo de estudo estão preocupadas com os destinos das populações que saíram do cativeiro, os projetos que foram formulados por e/ou para elas, suas manifestações culturais, relações sociais, ou seja, a complexa dinâmica das relações e dos conflitos da sociedade pós-escravista, que emergiram marcadas pela escravidão (FRAGA FILHO, 2006:21).

A “herança escravista” não deixa de ter sua importância para as relações raciais, mas foi reavaliada e a situação das populações afrodescendentes deixou de ser resultado pura e simplesmente dela. Procura-se, acima de tudo, verificar a desestruturação do sistema escravista, seus desdobramentos nos diversos setores da sociedade, além da construção das identidades e categorias raciais. Assim, ao mesmo tempo em que apontam que antigas formas de dominação foram mantidas, demonstram que outros mecanismos foram criados para manter e excluir privilégios a determinados grupos. Apontam Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, que após essa reavaliação

O ponto de partida [dos estudos do pós-Emancipação] foi a percepção de que a construção das identidades raciais negras nas Américas não se fez como contrapartida direta da violência intrínseca à ordem escravista. Trata-se de

¹ Ver LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. In *revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC/SP-SP: EDUC*, 1998. E _____. *Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 12, 1995

reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos países que surgiram das antigas colônias escravistas. E que, por sua vez a definição e o alcance desses direitos estiveram diretamente relacionados com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais. Nesse sentido, a historicidade das identidades e classificações raciais tornou-se questão central para o entendimento dos processos de emancipação escrava e das formas como as populações afrodescendentes e as sociedades pós-emancipação lidaram culturalmente com os significados da memória do cativo (RIOS, MATTOS, 2005:21).

Então, para os estudos de pós-Abolição, é importante analisar como as populações afrodescendentes se relacionaram com os projetos de cidadania, como foram absorvidas ou não, suas táticas para se inserirem, os projetos de vidas que construíram para si.

A campanha “O Dia da Mãe Preta”

A lei de número 2.040 de 28 de setembro de 1871, dizia que toda criança nascida após aquela data nascida de mãe escravizada não poderia ser usada como mão-de-obra escrava, pois nascia livre. A Lei do Ventre Livre fez parte de um conjunto de leis que planejava o fim da escravidão de forma gradativa, como é possível encontrar na documentação da época. Se nas interpretações históricas atuais ela também foi uma manobra para conter os ânimos dos movimentos abolicionistas, para as populações de origem africana que viveram nos primeiros anos após a Emancipação é diferente: um motivo de orgulho.

Em São Paulo o mais antigo Clube Social Negro, fundado em 1897 na cidade de Jundiá, chama-se Clube 28 de Setembro². Homônimo a ele existiu e existem diversos pelo país, com o mesmo propósito de celebrar a data de libertação do ventre de mulheres escravizadas, comprovando distinção. Na capital paulista também houve sociedades em homenagem ao 13 de maio, Luiz Gama, José do Patrocínio, além dessa lei. No roteiro de festividades divulgados pelos periódicos, quem quisesse festejar em maio certamente iria ao Club 13 de Maio dos Homens Pretos, fundado em 1902, ou ao Grupo Beneficente 13 de

² O clube permanece atuante com o nome Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiáense 28 de Setembro, desde que se uniu ao Clube Recreativo Jundiáense de 1934.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Maio, fundado em 1924. A festa do primeiro clube era marcada por missa, romaria e baile dançante, o qual tinha momento de palestras sobre a importante data. Os aniversários de nascimento e morte de José do Patrocínio eram comemorados no Centro Humanitário José do Patrocínio, que fazia romaria ao túmulo seguido de piquenique, além das mesmas práticas do clube 13 de Maio.

A exposição nas ruas não parece ser por acaso. As comemorações conseguiam atrair a atenção de jornais de grande circulação, como Estado de São Paulo, que faziam notas sobre a importância das campanhas das sociedades afrodescendentes. Assim, as romarias deveriam marcar as ruas paulistanas e a população notaria aquelas pessoas homenagens de outros heróis, além dos estabelecidos pelos republicanos.

Em 1928, o jornal O Clarim d'Alvorada divulgou a criação de um monumento em homenagem a Mãe Preta. Para arrecadar fundos, as rendas de um dia de exibição do filme "O preto que tinha alma branca", que passava desde agosto daquele ano, eram destinada a comissão executora da obra (CLARIM D'ALVORADA, jun.1928). Em setembro do mesmo ano, o periódico lançou a campanha pela instituição desse dia de homenagem, o jornal teve como especial a lei do ventre livre, abordando-a como uma conquista de lutas pelo direito à família. A edição gerou repercussões, como demonstra a carta do jornalista Candido de Campos

Rio, 30 de setembro de 1928

Exmo. Snr. Diretor do "O Clarim da Alvorada"

Muito saudar,

Recebi, e de todo o coração agradeço o exemplar do "Clarim da Alvorada" de 28 do corrente, onde pude lêr, com sincera emoção, a generosa homenagem que me prestaram.

Aqui continuo, como sempre, ao seu inteiro dispor, e trabalhando com todas as minhas forças para que, no mais breve prazo, o Brasil, pague com o Monumento á Mãe Preta, a grande dívida de gratidão a raça pastores da nacionalidade victoriosa.

Com a maior consideração, renovo os meus protesto de sincero reconhecimento e rogo ao Snr. Diretor do "O Clarim da Alvorada" transmitir a todos os seus companheiros os meus cordiais cumprimentos.

Candido de Campos (CLARIM DA ALVORADA, ago.1928)

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Para remetente, o monumento é o pagamento da dívida de gratidão, que o país deveria pagar em breve. Na edição de janeiro do ano seguinte, o jornal publica a sessão “Nossa Victoria de 28 de Setembro”, neste espaço divulga trechos de diversos jornais que agradecem e exaltam sua iniciativa. Citando “A Notícia” – jornal do Rio de Janeiro – afirma que o Clarim “defendendo uma justa iniciativa, dirige um patriótico apelo á imprensa brasileira, afim de secundal-o na aspiração que tão de perto tocará o coração dos homens de côr – a instituição do ‘Dia da Mãe Preta’, a ser comemorado no dia 28 de setembro” (CLARIM DA ALVORADA, jan. 1929). Então, a iniciativa não é entendida como algo de revolta contra a pátria ou a ordem republicana estabelecida, pelo contrário, tentava-se incluir as memórias das populações afrodescendentes ao restante da nação.

Eric Hobsbawn afirma que é a relação com o passado que torna um indivíduo membro de uma comunidade humana (1998), desta maneira grupos historicamente discriminados tendem a buscar as mais diversas formas de reparação, uma delas se dá no campo da história, em ter reconhecida a sua particularidade histórica dentro daquela comunidade e, assim, sentir-se inserida nela. A campanha patriótica do “Clarim da Alvorada” poderia servir para lembrar sempre o passado do cativo, o momento em que mulheres brancas e pretas se tornaram iguais, no que se refere o direito em ser mãe e, principalmente, fazer-se visível nas memórias da nação. Em 1926, o dia 28 de setembro era tratado como o dia em que se formou a verdadeira família brasileira, foi o “início da guerra contra a maldita escravidão” (CLARIM DA ALVORADA, set.1926).

Deste modo, a campanha, todas as atividades comemorativas das sociedades afrodescendentes e seus nomes são indícios de uma batalha travada no campo da memória pelo reconhecimento das trajetórias das populações afrodescendentes.

Conclusão – encaminhamentos da pesquisa

Esta pesquisa ainda se encontra em estado inicial, atualmente em levantamento de fontes, foi apresentado a construção de um problema para se pensar o pós-Abolição. Entendo que a preservação da memória abolicionista é um elemento importante na construção dos projetos das populações afrodescendentes, que se sentiriam pertencentes a

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

nova ordem ao se verem na história que vinha sendo forjada na República. Os direitos conquistados ainda na escravidão eram exaltados, juntamente com pessoas que buscaram eliminar tal sistema da vida cotidiano do Brasil.

A memória é um local importante na construção das identidades, por isso nas mais diversas sociedades humanas as classes dirigentes, a fim de legitimar sua dominação, forjam monumentos, expõem determinados documentos e omitem outros, utilizam de diversas estratégias para garantir o esquecimento ou a lembrança de algo. Maria Alice Milliet demonstrou todo o esforço dos republicanos em criar o herói nacional Tiradentes, que foi desde financiamento de biografias dele, até a busca de um rosto que se lembrasse com as imagens de Jesus Cristo (2001). Os diversos quadros e monumentos de Bandeirantes paulistas, que se tornaram heróis desbravadores e, por isso, dignos de nomes de ruas, rodovias, escolas e de sede do governo. Os coletivos de afrodescendentes desejavam, então, colocar Luiz Gama, José do Patrocínio, a Mãe Preta no mesmo patamar que os varões da história nacional.

Para realizá-la, pretendo levantar os nomes das sociedades afrodescendentes no Estado de São Paulo, verificando os eventos históricos que mais se referênciam, do mesmo modo procurar saber quais as principais datas comemorativas delas. Depois selecionar quais pesquisar, considerando período de atividade, fontes produzidas, condições e acessos delas entre outros fatores.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Paulino de Jesus F. A Luta Contra a Apatia: Estudo da instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915 – 1931). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (dissertação de mestrado) 1993.

CARVALHO, A Escola e A República e outros ensaios. 1. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano. Florianópolis. 2001. Trabalho de conclusão de Curso (graduação história). Universidade do Estado de Santa Catarina.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes – o legado da raça branca. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965.

FRAGA, Walter. Encruzilhadas da Liberdade – Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: editora Unicamp, 2006.

GOMES, F. S. (Org.); DOMINGUES, Petrônio (Org.). Experiências da Emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. In revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC/SP-SP: EDUC, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990

_____. Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil. Projeto História, São Paulo, v. 12, 1995.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888 – 1926) Alguns aspectos. Campinas:IFCH/UNICAMP, 1985. Dissertação (mestrado em história).

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 1. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

PEREIRA, José Galdino. Os Negros e a Construção de sua Cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 à 1914. 2001. Dissertação (mestrado em educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. P. 301

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROSA, Julio César da. Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). 2011. p.25 Dissertação (mestrado em história do tempo presente) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

SANTOS, J. A. . Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros.. In: XXIII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2005, Londrina - PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2005.